CADERNO DE RELATORIA - DELIBERAÇÕES DA ETAPA 2

Comissão do Eixo Temático: Gestão de Pessoas e Condições de Trabalho

Objetivo 13 p. 15PDI 2019–2023

Ofertar e facilitar a formação e capacitação contínua das/os servidoras/es.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Proposta não possui metas e ações e está contemplada em outras propostas.

Fonte/posição: p. 15

Ação 5p. 25-31PDI 2019–2023

Tornar obrigatória a contratação de tradutores \ intérpretes de Língua Brasileira de Sinais em cada um dos Campus.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Proposta versa sobre fixação de códigos de vaga, o que não é objeto do PDI

Fonte/posição: p. 25-31

Ação 1p. 56-57PDI 2019–2023

Reservar códigos de vaga visando à contratação de professor para o exercício da docência no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual deverá compor o NAPNE, para acompanhar o público alvo do AEE (alunos com necessidades educacionais específicas, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/super dotação). Esse profissional deve ter formação em Pedagogia ou licenciatura com especialização em Educação Inclusiva.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Proposta versa sobre fixação de códigos de vaga, o que não é objeto do PDI

Fonte/posição: p. 56-57

Ação 2p. 56-57PDI 2019–2023

Criar e implementar critérios objetivos e transparentes, definidos a partir da garantia dos princípios da gestão democrática e da democracia participativa, para a distribuição de servidores/código de vagas entre os Câmpus/departamentos/áreas, considerando suas respectivas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Foram aprovadas outras propostas que contemplam essa ação.

Fonte/posição: p. 56-57

Ação 3p. 56-57PDI 2019–2023

Criar mecanismos para prevenir e combater quaisquer formas de assédio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Já contemplada no objetivo aprovado

Fonte/posição: p. 56-57

Ação 4p. 56-57PDI 2019–2023

Aprimorar e atualizar os instrumentos de avaliação dos servidores, inclusive em estágio probatório, através de um trabalho conjunto entre os setores da Reitoria, a CPPD e a CIS até o fim de 2020.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Proposta contemplada pelo AvaliaGOV

Fonte/posição: p. 56-57

Ação 5p. 56-57PDI 2019–2023

Criar e implementar programa de integração dos servidores nas unidades até 2020.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Proposta contemplada em outras propostas mais estruturadas e aprovadas.

Fonte/posição: p. 56-57

Ação 6p. 56-57PDI 2019–2023

Construir método e realizar estudo para melhor dimensionar o quadro de pessoal efetivo e a estrutura de funções gratificadas e cargos de direção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás até o fim de 2019, visando estipular gratificação coerente com as atribuições desenvolvidas, considerando a complexidade e a relevância das atividades desenvolvidas, os serviços oferecidos, quantidade de alunos e servidores atendidos, além da quantidade de equipamentos gerenciados.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada

Observação/justificativa: Proposta versa sobre assuntos relacionados ao Regimento Geral. Foi incluída no PDI anterior que originou o processo de revisão do Regimento e não faz mais sentido no texto do documento.

Fonte/posição: p. 56-57

Ação 8p. 56-57PDI 2019–2023

Garantir que a CPPIR acompanhe e assessore o processo de realização de concursos públicos de servidores técnico-administrativos e docentes, desde a elaboração do edital, de acordo com a legislação vigente 12.990/2014.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Proposta deve ser reestruturada. Não possui condições de ser analisada.

Fonte/posição: p. 56-57

Ação 9p. 56-57PDI 2019–2023

Ampliar a atuação e prever recursos que garantam a regularidade das ações ligadas à promoção da saúde do servidor em colaboração com o SIASS.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Proposta contemplada em outras propostas mais estruturadas e aprovadas.

Fonte/posição: p. 56-57

Ação 10p. 56-57PDI 2019–2023

Estabelecer uma política e um programa de prevenção e de redução de danos associados ao uso de drogas.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Proposta contemplada em outras propostas mais estruturadas e aprovadas.

Fonte/posição: p. 56-57

Ação 11p. 56-57PDI 2019–2023

Garantir uma política de capacitação permanente com a oferta de qualificação e formação de servidores com obrigatoriedade de participação do servidor ingressante. Até 2023, garantir também a formação continuada de pelo menos 40% de docentes e 40% técnicos administrativos em cursos de aperfeiçoamento e/ou de especialização na área de educação, que contemple: a. objetivos, finalidades e propostas pedagógicas e administrativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; b. estrutura organizacional, processos internos, regimentos e normas; c. educação para a diversidade.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Consolidar a Política de Gestão de Pessoas, especificamente para a capacitação e formação permanente, com a oferta de qualificação e formação de servidores e obrigatoriedade de participação do servidor ingressante. Garantir também a obrigatoriedade de formação continuada de docentes e técnicos administrativos em cursos de aperfeiçoamento que contemplem: a) objetivos, finalidades e propostas pedagógicas e administrativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; b) estrutura organizacional, processos internos, regimentos e normas; c) educação para as diversidades; d) educação omnilateral.

Observação/justificativa: Aprovada como inclusão do Objetivo 14, Meta 2

Fonte/posição: p. 56-57

Ação 12p. 56-57PDI 2019–2023

Instituir programa permanente de capacitação de gestores.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Garantir que os gestores ingressantes, em todos os níveis, ao assumirem suas funções, participem de formação específica voltada à gestão institucional, abrangendo gestão de pessoas, gestão administrativa, história e identidade institucional, bem como o histórico, as diretrizes e as especificidades das áreas de atuação, a Matriz CONIF e os indicadores da Plataforma Nilo Peçanha, visando qualificar a atuação e alinhar as práticas de gestão aos princípios institucionais.

Observação/justificativa: Aprovada como inclusão do Objetivo 14, Meta 4

Fonte/posição: p. 56-57

Ação 13p. 56-57PDI 2019–2023

Oferecer cursos de capacitação para a ouvidoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, mantendo atenção à questão da diversidade étnico-racial, de gênero e sexual para conhecer a legislação vigente, os procedimentos institucionais e dar devidos encaminhamentos, possibilitando a construção de indicadores institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Aprovada como inclusão do Objetivo 14, Meta 3

Fonte/posição: p. 56-57

Ação novaAparecida de Goiânia

Estabelecer uma política institucional de enfrentamento ao assédio moral e sexual, por meio da criação de fluxos claros e atualizados de denúncia, protocolos de acolhimento às vítimas e mecanismos de monitoramento contínuo no IFG.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Já contemplada em objetivo aprovado

Fonte/posição: Aparecida de Goiânia

Objetivo 1 Águas Lindas de Goiás Objetivo novo

Assegurar maior segurança e agilidade no atendimento a situações emergenciais envolvendo servidores, especialmente em casos de saúde ou demandas solicitadas por autoridades externas.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Dificuldade de implementação na prática desse tipo de ação. A proposta traz autoridade externa sem dizer qual, além disso, a plenária entendeu que as metas e ações tratam de procedimentos internos que não são contemplados pelo PDI

Fonte/posição: Águas Lindas de Goiás

Meta 1

Garantir que 100% dos servidores do câmpus possuam contato de emergência atualizado em seus registros institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Dificuldade de implementação na prática desse tipo de ação. A proposta traz autoridade externa sem dizer qual, além disso, a plenária entendeu que as metas e ações tratam de procedimentos internos que não são contemplados pelo PDI

Ação 1

Solicitar, no momento da posse ou entrada em exercício, o cadastro de ao menos um contato de emergência do servidor(a). Realizar atualização dos dados (contato de emergência) dos servidores já em exercício no SUAP.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Dificuldade de implementação na prática desse tipo de ação. A proposta traz autoridade externa sem dizer qual, além disso, a plenária entendeu que as metas e ações tratam de procedimentos internos que não são contemplados pelo PDI

Objetivo 2 Águas Lindas de Goiás Objetivo novo

Exigência de certidões de antecedentes criminais para posse e contratação de servidores e professores substitutos.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Incompetência legal/administrativa

Fonte/posição: Águas Lindas de Goiás

Meta 1

Reforçar os critérios de verificação de idoneidade para ingresso de servidores efetivos e professores substitutos no âmbito do Instituto Federal de Goiás, ampliando a segurança institucional e a proteção do interesse público.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Incompetência legal/administrativa

Ação 1

Padronizar a exigência de certidões de antecedentes criminais da Justiça Federal e Estadual como requisito documental para posse de servidores efetivos.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Incompetência legal/administrativa

Ação 2

Estender a exigência de certidões de antecedentes criminais aos processos seletivos simplificados para contratação de professores substitutos.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Incompetência legal/administrativa

Ação 3

Incluir expressamente essa exigência nos editais de ingresso e contratação, como condição para formalização do vínculo institucional.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Incompetência legal/administrativa

Objetivo 3 Cidade de Goiás Objetivo novo

Promover a integração e a troca de experiências entre as equipes de trabalho das diferentes unidades do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Fonte/posição: Cidade de Goiás

Meta 1

Realizar anualmente ações de integração entre as diferentes equipes e categorias profissionais do quadro de servidores do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Realizar anualmente o Encontro de Gestão de Pessoas e Administração.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 2

Realizar anualmente ações de integração, lazer, autocuidado e promoção da saúde do trabalhador no âmbito de cada unidade.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Realizar a Semana de Integração do Servidor.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Objetivo 4 Cidade de Goiás Objetivo novo

Viabilizar a qualificação acadêmica do quadro de servidores do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Redação aprovada/incluída: Viabilizar a qualificação acadêmica do quadro de servidores do IFG.

Fonte/posição: Cidade de Goiás

Meta 1

Proporcionar o afastamento dos servidores docentes para a realização de pós-graduação stricto sensu em cada um dos câmpus do IFG, no percentual mínimo de 10% da quantidade de servidores docentes da unidade por ano.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Proporcionar o afastamento dos servidores docentes para a realização de pós-graduação stricto sensu em cada um dos câmpus do IFG, no percentual legal da quantidade de servidores docentes da unidade por ano.

Observação/justificativa: Alteração do quantitativo para atender à legislação vigente

Ação 1

Realizar seleção de servidores docentes para afastamento para pós-graduação, por meio de edital, com periodicidade mínima anual.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 2

Viabilizar condições de afastamento de servidores técnico-administrativos para a realização de pós-graduação stricto sensu em cada unidade do IFG, no percentual mínimo de 5% da quantidade de servidores técnico-administrativos da unidade por ano.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Viabilizar condições de afastamento de servidores técnico-administrativos para a realização de pós-graduação stricto sensu em cada unidade do IFG, no percentual legal da quantidade de servidores técnico-administrativos da unidade por ano.

Observação/justificativa: Alteração do quantitativo para atender à legislação vigente

Ação 1

Realizar seleção de servidores técnico-administrativos para afastamento para pós-graduação, por meio de edital, com periodicidade mínima anual.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Objetivo 5 Goiânia Objetivo novo

Criar Cuidotecas nos câmpus e na Reitoria do IFG, garantindo o direito ao cuidado e à convivência familiar para estudantes e servidores/as, por meio da implementação de espaços de acolhimento infantil que permitam a permanência e o engajamento institucional, reduzindo a evasão e o esgotamento profissional.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada

Observação/justificativa: No que se refere aos servidores, ponderou-se pela inviabilidade da proposta uma vez que há auxílio pecuniário pago diretamente aos servidores com o mesmo objeto (auxílio creche). Diante disso, a proposta se mostra ilegal. Noutra vertente, acredita-se ser possível a análise da viabilidade sob a ótica da política de assistência estudantil para garantia de permanência dos estudantes, por essa razão, a Comissão deliberou pelo encaminhamento para análise do Eixo de Ingresso, Permanência e Êxito.

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Implementar uma Cuidoteca em 100% das unidades do IFG até o final do ciclo de 2032.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: No que se refere aos servidores, ponderou-se pela inviabilidade da proposta uma vez que há auxílio pecuniário pago diretamente aos servidores com o mesmo objeto (auxílio creche). Diante disso, a proposta se mostra ilegal. Noutra vertente, acredita-se ser possível a análise da viabilidade sob a ótica da política de assistência estudantil para garantia de permanência dos estudantes, por essa razão, a Comissão deliberou pelo encaminhamento para análise do Eixo de Ingresso, Permanência e Êxito.

Ação 1

Adaptar espaços físicos seguros, acessíveis e lúdicos em cada unidade para o acolhimento de crianças, filhos/as de servidores/as e estudantes, enquanto seus/suas responsáveis desempenham atividades acadêmicas ou laborais.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: No que se refere aos servidores, ponderou-se pela inviabilidade da proposta uma vez que há auxílio pecuniário pago diretamente aos servidores com o mesmo objeto (auxílio creche). Diante disso, a proposta se mostra ilegal. Noutra vertente, acredita-se ser possível a análise da viabilidade sob a ótica da política de assistência estudantil para garantia de permanência dos estudantes, por essa razão, a Comissão deliberou pelo encaminhamento para análise do Eixo de Ingresso, Permanência e Êxito.

Ação 2

Equipar as Cuidotecas com materiais que promovam o direito de brincar e previnam a exposição precoce a telas, em conformidade com as diretrizes do MDS.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: No que se refere aos servidores, ponderou-se pela inviabilidade da proposta uma vez que há auxílio pecuniário pago diretamente aos servidores com o mesmo objeto (auxílio creche). Diante disso, a proposta se mostra ilegal. Noutra vertente, acredita-se ser possível a análise da viabilidade sob a ótica da política de assistência estudantil para garantia de permanência dos estudantes, por essa razão, a Comissão deliberou pelo encaminhamento para análise do Eixo de Ingresso, Permanência e Êxito.

Ação 3

Estabelecer a gestão das Cuidotecas de forma democrática e paritária, envolvendo coletivos de mulheres, centros acadêmicos e representações de servidores/as.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: No que se refere aos servidores, ponderou-se pela inviabilidade da proposta uma vez que há auxílio pecuniário pago diretamente aos servidores com o mesmo objeto (auxílio creche). Diante disso, a proposta se mostra ilegal. Noutra vertente, acredita-se ser possível a análise da viabilidade sob a ótica da política de assistência estudantil para garantia de permanência dos estudantes, por essa razão, a Comissão deliberou pelo encaminhamento para análise do Eixo de Ingresso, Permanência e Êxito.

Ação 4

Realizar parcerias e arranjos administrativos pertinentes para viabilizar o funcionamento das Cuidotecas.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: No que se refere aos servidores, ponderou-se pela inviabilidade da proposta uma vez que há auxílio pecuniário pago diretamente aos servidores com o mesmo objeto (auxílio creche). Diante disso, a proposta se mostra ilegal. Noutra vertente, acredita-se ser possível a análise da viabilidade sob a ótica da política de assistência estudantil para garantia de permanência dos estudantes, por essa razão, a Comissão deliberou pelo encaminhamento para análise do Eixo de Ingresso, Permanência e Êxito.

Ação 5

Promover a formação contínua dos/as servidores/as envolvidos/as no projeto sobre a Política Nacional de Cuidados, visando à humanização das relações de trabalho no IFG.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: No que se refere aos servidores, ponderou-se pela inviabilidade da proposta uma vez que há auxílio pecuniário pago diretamente aos servidores com o mesmo objeto (auxílio creche). Diante disso, a proposta se mostra ilegal. Noutra vertente, acredita-se ser possível a análise da viabilidade sob a ótica da política de assistência estudantil para garantia de permanência dos estudantes, por essa razão, a Comissão deliberou pelo encaminhamento para análise do Eixo de Ingresso, Permanência e Êxito.

Meta 2

Diminuir em 20% os índices de evasão de estudantes-mães e o absenteísmo de servidores/as decorrentes da falta de rede de apoio infantil.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: No que se refere aos servidores, ponderou-se pela inviabilidade da proposta uma vez que há auxílio pecuniário pago diretamente aos servidores com o mesmo objeto (auxílio creche). Diante disso, a proposta se mostra ilegal. Noutra vertente, acredita-se ser possível a análise da viabilidade sob a ótica da política de assistência estudantil para garantia de permanência dos estudantes, por essa razão, a Comissão deliberou pelo encaminhamento para análise do Eixo de Ingresso, Permanência e Êxito.

Ação 1

Integrar as Cuidotecas às políticas de Assistência Estudantil e de Gestão de Pessoas, reconhecendo o tempo de cuidado como fator determinante para o êxito institucional.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: No que se refere aos servidores, ponderou-se pela inviabilidade da proposta uma vez que há auxílio pecuniário pago diretamente aos servidores com o mesmo objeto (auxílio creche). Diante disso, a proposta se mostra ilegal. Noutra vertente, acredita-se ser possível a análise da viabilidade sob a ótica da política de assistência estudantil para garantia de permanência dos estudantes, por essa razão, a Comissão deliberou pelo encaminhamento para análise do Eixo de Ingresso, Permanência e Êxito.

Meta 3

Formalizar a adesão do IFG ao Programa Nacional de Cuidotecas do Governo Federal em todos os câmpus elegíveis até 2028.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: No que se refere aos servidores, ponderou-se pela inviabilidade da proposta uma vez que há auxílio pecuniário pago diretamente aos servidores com o mesmo objeto (auxílio creche). Diante disso, a proposta se mostra ilegal. Noutra vertente, acredita-se ser possível a análise da viabilidade sob a ótica da política de assistência estudantil para garantia de permanência dos estudantes, por essa razão, a Comissão deliberou pelo encaminhamento para análise do Eixo de Ingresso, Permanência e Êxito.

Objetivo 6 Goiânia Objetivo novo

Criar e implementar o PROGRAMA INSTITUCIONAL DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (PQVT-IFG), a partir da constituição e consolidação do Observatório de Condições de Trabalho (OCT-IFG).

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Instituir e consolidar o Observatório de Condições de Trabalho, composto pela CISSP, CPPD, CIS e representações sindicais.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Instituir e consolidar o Observatório de Condições de Trabalho, composto pela CISSP, CPPD, CIS, SIASS e representações sindicais.

Observação/justificativa: Inclusão do SIASS

Ação 1

Criar normativo institucional para o OCT-IFG e definir sua composição multidisciplinar e multicâmpus.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 2

Realizar diagnóstico institucional das condições de trabalho em todas as unidades do IFG, por meio da implantação de sistema contínuo de monitoramento e avaliação.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Conduzir estudos e diagnósticos das condições de trabalho, com vistas a subsidiar a construção do Programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho, contemplando o mapeamento de riscos físicos, organizacionais e psicossociais, o levantamento de dados sobre carga de trabalho, adoecimento e afastamentos e a identificação das especificidades de docentes, técnicos e trabalhadores terceirizados.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Criar indicadores de valorização do trabalho e apontar a necessidade de ajuste das políticas com base nos resultados, quando for o caso.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 3

Avaliar periodicamente o clima organizacional.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 4

Publicar relatórios institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 3

Construir e implantar o Programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho, priorizando a melhoria contínua das condições laborais.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Definir diretrizes, eixos e prioridades do PQVT-IFG, integrando o programa às políticas de gestão de pessoas e garantindo seu alinhamento com os resultados do OCT-IFG.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Implementar ações preventivas baseadas em evidências, integrando-as às ações da CISSP e das demais instâncias.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 4

Garantir a participação dos trabalhadores na construção e avaliação do PQVT-IFG.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Criar fóruns e consultas públicas sobre condições de trabalho com o apoio de comissões institucionais, como CISSP, CPA e CPPD.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 5

Reduzir os indicadores de adoecimento e afastamento laboral.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Desenvolver ações sobre saúde mental, prevenção ao assédio e relações de trabalho.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 6

Promover formação institucional em qualidade de vida no trabalho e relações laborais.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Ofertar formação para gestores e equipes.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Objetivo 7 Goiânia Objetivo novo

Criar um portal institucional para a formação complementar e continuada de servidores/as do IFG, reunindo ações de desenvolvimento e capacitação, com conteúdos voltados ao fortalecimento do engajamento, do pertencimento institucional, do propósito do trabalho no serviço público e do compromisso com a função social do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Redação aprovada/incluída: Criar um portal institucional para a formação complementar e continuada de servidores/as do IFG, reunindo ações de desenvolvimento e capacitação, com conteúdos voltados ao fortalecimento do engajamento, do pertencimento institucional, do propósito do trabalho no serviço público e do compromisso com a função social do IFG.

Observação/justificativa: Rejeição do Objetivo, mas as metas e ações foram aglutinadas no Objetivo 14

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Implantar o portal de formação complementar e continuada até o segundo ano de vigência do PDI.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Implantar um portal institucional para a formação complementar e continuada de servidores/as do IFG, reunindo ações de desenvolvimento e capacitação, com conteúdos voltados ao fortalecimento do engajamento, do pertencimento institucional, do propósito do trabalho no serviço público e do compromisso com a função social do IFG até o segundo ano de vigência do PDI.

Observação/justificativa: Resultado da aglutinação de propostas (objetivo 7 e objetivo 14)

Ação 1

Constituir comissão para implementar o portal.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Constituir comitê para escolha dos conteúdos.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 2

Disponibilizar, no mínimo, duas ações formativas assíncronas por eixo no portal por ano.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Disponibilizar, no mínimo, duas ações formativas assíncronas por eixo no portal institucional para a formação complementar e continuada de servidores/as do IFG por ano.

Observação/justificativa: Resultado da aglutinação de propostas (objetivo 7 e objetivo 14)

Ação 1

Organizar e disponibilizar ações formativas a partir dos seguintes eixos temáticos: I – Estrutura organizacional do IFG; II – Ética, integridade, diversidade, inclusão, acessibilidade e direitos humanos; III – Saúde e bem-estar; IV – Competências relacionais, comunicação e trabalho em equipe; V – Gestão e eficiência pública; VI – Ferramentas e sistemas institucionais; e VII – Função social do IFG e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Estabelecer parcerias internas e externas para a oferta de conteúdos nas ações formativas.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 3

Atualizar periodicamente o portal, de acordo com as demandas institucionais e de formação dos/as servidores/as.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 3

Garantir que 100% dos/as servidores/as ingressantes no IFG realizem ações de formação no portal.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Garantir que 100% dos/as servidores/as ingressantes no IFG realizem ações de formação no portal institucional para a formação complementar e continuada de servidores/as do IFG.

Observação/justificativa: Resultado da aglutinação de propostas (objetivo 7 e objetivo 14)

Ação 1

Implementar mecanismos de monitoramento, avaliação e certificação das ações.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 4

Garantir a participação anual de, no mínimo, 30% do conjunto de servidores/as do IFG em pelo menos uma ação formativa no portal.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Garantir a participação anual de, no mínimo, 30% do conjunto de servidores/as do IFG em pelo menos uma ação formativa no portal institucional para a formação complementar e continuada de servidores/as do IFG.

Observação/justificativa: Resultado da aglutinação de propostas (objetivo 7 e objetivo 14)

Ação 1

Promover o portal como espaço para reeducação ético-profissional de servidores/as em Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Objetivo 8 Goiânia Objetivo novo

Elaborar e implementar um Plano Institucional de Avaliação e Acompanhamento do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), com vistas a analisar os impactos das formas de execução (presencial, teletrabalho parcial e integral) no acesso da comunidade aos serviços oferecidos pela instituição e a reestruturar os canais de atendimento, assegurando qualidade, equidade e efetividade na prestação dos serviços.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Elaborar e institucionalizar o Plano de Avaliação e Acompanhamento do PGD, em até um ano após a implementação do PDI.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 1

Definir metodologia de avaliação do PGD.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o

acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 2

Estabelecer indicadores de desempenho e impacto.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 3

Submeter o plano às instâncias institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Meta 2

Implantar sistema de acompanhamento dos impactos do PGD nas atividades institucionais, em até 2 anos da implementação do PDI.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 1

Implantar sistema de acompanhamento contínuo, apresentando relatórios periódicos sobre o PGD.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 2

Monitorar os efeitos do PGD sobre a dinâmica institucional.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza

estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Meta 3

Avaliar periodicamente os impactos das formas de execução (presencial, teletrabalho parcial e integral) no acesso às políticas institucionais, apresentando relatórios anuais.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 1

Avaliar os impactos no acesso às políticas de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 2

Identificar assimetrias e fragilidades.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 3

Avaliar o tempo de resposta e a qualidade dos serviços.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Meta 4

Reavaliar e/ou reestruturar os fluxos e os canais de atendimento à comunidade acadêmica para garantia da qualidade da prestação de serviços à comunidade acadêmica diante do avanço da transformação da organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos em até um ano após a implementação do PDI.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com

os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 1

Mapear alterações nos fluxos de atendimento.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 2

Revisar e padronizar os fluxos de atendimento.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 3

Ampliar canais digitais e presenciais integrados.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 4

Garantir acessibilidade e inclusão.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 5

Implementar sistemas de gestão de demandas.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 6

Ofertar formação sobre as formas de execução presencial, teletrabalho parcial e teletrabalho integral e sobre a gestão por desempenho.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 7

Capacitar gestores/as e equipes.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 8

Informar a comunidade sobre os canais de atendimento, garantindo clareza nas informações institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Meta 5

Promover a participação da comunidade na avaliação do PGD, durante todo o ciclo do PDI.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 1

Criar canais permanentes de feedback.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Ação 2

Incorporar as contribuições da comunidade à gestão do PGD.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: O acompanhamento do PGD já é realizado por comissão específica instituída para referido fim. As normas de funcionamento do PGD são definidas em Decreto federal e complementadas pelo MGI. Todos os dados são enviados para o Ministério, que faz o acompanhamento e o controle. Observa-se também que os dados do PGD são públicos, possibilitando a transparência e o controle social. Além disso, a Comissão de Acompanhamento do PGD realiza estudos e levantamentos com os participantes e a comunidade, a fim de emitir seu relatório gerencial. Todos os dados e informações estão disponíveis no site institucional https://www.ifg.edu.br/suap-pgd

Objetivo 9 Goiânia Objetivo novo

Fortalecer a integração entre docentes e técnico-administrativos no IFG, promovendo ações institucionais articuladas, reconhecendo o papel estratégico de todas as carreiras no processo educativo e consolidando uma cultura institucional baseada na cooperação, na equidade e no trabalho coletivo.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Implementar ações institucionais integradas envolvendo docentes e técnico-administrativos/as em todos os câmpus.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Desenvolver programas e projetos que envolvam docentes e técnico-administrativos/as de forma conjunta, incentivando práticas colaborativas no ensino, na pesquisa e na extensão.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 2

Ampliar o reconhecimento institucional do papel dos/as técnico-administrativos/as no processo educativo.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Incluir explicitamente os/as técnico-administrativos/as nos projetos pedagógicos e institucionais, valorizando sua atuação em ações educativas.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 3

Incentivar e ampliar projetos intersetoriais no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Criar editais internos para projetos integrados que estimulem a participação de equipes multidisciplinares.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 4

Reduzir assimetrias institucionais entre as carreiras.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Realizar diagnóstico das desigualdades entre as carreiras, com vistas a promover ações de sensibilização institucional.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Revisar práticas e normativas que reforcem desigualdades entre as carreiras.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 5

Fortalecer a cultura institucional de cooperação interna.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Ofertar formação continuada voltada à cultura colaborativa, incentivando a compreensão ampliada do processo educativo.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Promover espaços de escuta e troca de experiências.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 3

Criar indicadores de integração institucional, com vistas à avaliação periódica do clima organizacional.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Objetivo 10 Goiânia Objetivo novo

Fortalecer as comissões institucionais como espaços de participação democrática, valorização do trabalho coletivo e qualificação da gestão, garantindo condições adequadas para sua atuação autônoma, integrada e efetiva.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Garantir suporte institucional, técnico e logístico a 100% das comissões institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Ação 1

Garantir infraestrutura adequada, incluindo espaços, equipamentos, acesso a sistemas e recursos logísticos para o funcionamento das comissões.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Meta 2

Institucionalizar o reconhecimento, na jornada de trabalho do/da servidor/a, da participação em comissões como atividade prioritária e relevante no âmbito do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Ação 1

Regulamentar o reconhecimento da participação em comissões, de modo a valorizar institucionalmente o trabalho coletivo desenvolvido.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Meta 3

Ampliar a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica nas comissões.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Ação 1

Realizar processos transparentes de composição das comissões.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Ação 2

Promover uma cultura institucional de participação.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Ação 3

Ofertar formação continuada para atuação em comissões, priorizando o desenvolvimento de competências em gestão participativa, mediação de conflitos e políticas públicas institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Meta 4

Fortalecer a articulação entre as comissões e os setores institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Ação 1

Estabelecer canais permanentes de diálogo entre as comissões e a gestão.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Ação 2

Promover reuniões intercomissões e articular ações com os setores administrativos e pedagógicos.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Meta 5

Garantir a divulgação e a transparência das ações desenvolvidas pelas comissões.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Ação 1

Criar canais institucionais de divulgação das ações das comissões.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Ação 2

Criar indicadores de funcionamento e impacto das comissões.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática

Observação/justificativa: A plenária entendeu que essa proposta não se relaciona ao objeto do Eixo e propôs encaminhar para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira.

Objetivo 11 Goiânia Objetivo novo

Garantir condições mínimas de segurança nos laboratórios, tanto para os estudantes quanto para os servidores.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Implementar um sistema integrado que garanta condições mínimas de segurança nos laboratórios, abrangendo o planejamento prévio detalhado das atividades, a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, a investigação de incidentes e acidentes, a proposição e fiscalização de ações corretivas e a atuação diária de profissionais de Segurança do Trabalho nos câmpus.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 1

Implementar regulamento institucional para uso e segurança nos laboratórios do IFG, com sistema informatizado de agendamento e fluxograma de responsabilidades.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 2

Disponibilizar, por meio do SIASS, uma lista completa e detalhada, com especificações técnicas, dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva necessários a cada tipo de atividade realizada nos laboratórios do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 3

Elaborar os laudos técnicos de Segurança do Trabalho: a) Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT); b) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); e c) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 4

Instituir equipe de Segurança do Trabalho em cada câmpus, composta por, no mínimo, dois profissionais da área para atuação diária no apoio ao cumprimento das leis e demais normativas de Segurança do Trabalho.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 5

Estabelecer que a equipe técnica do câmpus atue como mediadora das necessidades das unidades junto ao SIASS, inclusive quanto ao pleno funcionamento das Comissões Internas de Saúde do Servidor Público, às campanhas educativas e preventivas, à aquisição de equipamentos de segurança e ao controle de sua distribuição e uso.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 6

Implementar a Coordenação de Almoxarifado de Produtos Químicos em cada câmpus, responsável pela aquisição, controle e disponibilização de produtos químicos aos usuários, mediante demanda em sistema informatizado institucional, bem como pela renovação de licenças e pelo envio de relatórios aos órgãos de controle de produtos controlados, como a Polícia Federal e o Exército Brasileiro.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Objetivo 12 Goiânia Objetivo novo

Implantação da Brigada de primeiros socorros em todas as unidades do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Proposta já está contemplada em outros objetivos, metas e ações anteriormente aprovadas

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Implementação em todos as unidades da Brigada de Primeiros Socorros abrangendo combate a incêndio, protocolo para atendimento de acidentes e primeiros socorros psicológicos, em até dois anos após a publicação do PDI.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Proposta já está contemplada em outros objetivos, metas e ações anteriormente aprovadas

Ação 1

Formação de grupos de servidores, estabelecimento de procedimentos operacionais padrão, divulgação intensiva dos protocolos.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Proposta já está contemplada em outros objetivos, metas e ações anteriormente aprovadas

Objetivo 13 Goiânia Objetivo novo

Implantação do Programa Institucional de Saúde Mental e Bem-Estar do Servidor no IFG, visando combater o adoecimento mental no serviço público e fortalecer a prevenção e o cuidado em saúde mental dos servidores.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor a temática

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Desenvolver ações preventivas em saúde mental.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor a temática

Ação 1

Desenvolver campanhas permanentes de saúde mental.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor

Ação 2

Desenvolver ações de prevenção ao burnout.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor

Meta 2

Ampliar o suporte psicossocial aos/às servidores/as.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor a temática

Ação 1

Garantir acompanhamento psicossocial institucional.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor a temática

Ação 2

Criar grupos de apoio e ações psicoeducativas.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor a temática

Meta 3

Reduzir os afastamentos por adoecimento.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor a temática

Ação 1

Monitorar indicadores de saúde.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor a temática

Meta 4

Promover um ambiente organizacional saudável.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor a temática

Meta 5

Implantar o Programa Institucional de Saúde Mental e Bem-Estar do Servidor até o segundo ano de vigência do PDI.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor a temática

Meta 6

Atender anualmente servidores/as em todos os câmpus.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor a temática

Meta 7

Promover a redução progressiva dos afastamentos por adoecimento.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas já aprovadas contemplam melhor a temática

Objetivo 14 Goiânia Objetivo novo

Institucionalizar e consolidar a política de formação continuada de servidores/as do IFG, articulando as ações das pró-reitorias finalísticas (PROEN, PROEX e PROPPG) e da PRODIRH, com foco na construção de uma identidade institucional, no atendimento dos princípios balizadores do ensino, pesquisa e extensão e no desenvolvimento profissional permanente.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Metas da proposta 7 incluídas nesse objetivo. Ações do PDI vigente inseridas em metas desse objetivo.

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Elaborar e aprovar a política institucional de formação continuada de servidores/as.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Elaborar a política institucional de formação continuada, definindo diretrizes, princípios e eixos formativos.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Criar um Núcleo de Formação Continuada com a finalidade de planejar e promover as ações formativas.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 2

Garantir a oferta anual de ações formativas integradas entre PROEN, PROEX, PROPPG e PRODIRH, alinhadas à identidade institucional e que priorizem o atendimento de processos de elevação e progressão do plano de carreira.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Estabelecer atuação integrada entre PROEN, PROEX, PROPPG e PRODIRH.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 3

Ampliar a participação dos/as servidores/as em ações de formação continuada.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Redação aprovada/incluída: Ampliar a participação dos/as servidores/as em ações de formação continuada.

Ação 1

Ofertar atividades presenciais e na modalidade de Educação a Distância (EaD).

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 4

Implementar programas estruturados de formação em áreas estratégicas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Criar programas permanentes de formação em Educação Profissional e Tecnológica, políticas e gestão da EPT e identidade da Rede Federal.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 5

Garantir formação pedagógica para 100% dos/as docentes não licenciados/as.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Ofertar cursos de formação pedagógica para graduados/as não licenciados/as.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 6

Alinhar 100% das ações formativas às diretrizes institucionais e ao PPPI.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Integrar a política de formação continuada ao PPPI.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Criar indicadores de participação e impacto com a finalidade de avaliar a qualidade das ações formativas.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 7

Implantar programa institucional de formação e acompanhamento para servidores/as em estágio probatório, garantindo que 100% dos/as ingressantes participem de percurso formativo estruturado e alinhado à identidade institucional do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Elaborar o Programa Institucional de Formação para Estágio Probatório.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Objetivo 15 Goiânia Objetivo novo

Instituir diretrizes para o reconhecimento da jornada de trabalho dos/as servidores/as técnico-administrativos/as em atividades de ensino, pesquisa, inovação, extensão, cultura e representação.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Estabelecer regras claras para a distribuição da jornada de trabalho entre atividades de ensino, pesquisa, inovação, extensão, cultura e representação.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Constituir comissão para elaboração das diretrizes para a gestão das atividades de ambiente imediato, gestão e organização, pesquisa, inovação, extensão e cultura desenvolvidas pelos/as servidores/as integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino (PCCTAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 2

Criar os princípios, objetivos e finalidades que orientarão a elaboração das diretrizes, com base nas legislações vigentes e nos regulamentos institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Meta 2

Estimular o engajamento dos/as servidores/as técnico-administrativos/as em atividades de pesquisa, inovação tecnológica, extensão e cultura.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Meta 3

Garantir que o trabalho realizado fora das atribuições específicas do cargo e da função de rotina seja oficialmente reconhecido.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Objetivo 16 Goiânia Objetivo novo

Promover a melhoria contínua da infraestrutura e das condições de segurança dos laboratórios institucionais, assegurando conformidade com as normas vigentes, mitigação de riscos ocupacionais e garantia de um ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Implementar, até o final do próximo ciclo de planejamento institucional: Diagnóstico técnico de 100% dos laboratórios da instituição.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 1

Realizar levantamento técnico das condições de infraestrutura e segurança dos laboratórios (instalações físicas, equipamentos, riscos associados).

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 2

Elaborar relatórios técnicos com identificação de não conformidades e definição de prioridades de intervenção.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 3

Integrar os resultados ao planejamento institucional (Plano Diretor e PDI).

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Meta 2

Adequação de, no mínimo, 80% dos laboratórios às normas de segurança e infraestrutura vigentes.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 1

Promover melhorias nas instalações físicas (ventilação, exaustão, iluminação, rede elétrica e hidráulica).

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 2

Implantar ou adequar sistemas de segurança coletiva (capelas de exaustão, chuveiros de emergência, lava-olhos, sinalização de segurança).

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 3

Garantir condições adequadas para armazenamento de reagentes e gerenciamento de resíduos laboratoriais.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Meta 3

Implantação de política institucional de segurança em laboratórios em todos os câmpus.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 1

Elaborar e implementar política institucional de segurança em laboratórios.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 2

Desenvolver e atualizar mapas de risco, procedimentos operacionais padrão (POPs) e planos de emergência.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 3

Instituir rotinas de inspeção periódica e auditorias internas de segurança.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 4

Ofertar treinamentos periódicos obrigatórios para servidores e estudantes (biossegurança, uso de EPIs/EPCs, prevenção de acidentes).

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 5

Promover campanhas educativas voltadas à cultura de segurança no ambiente laboratorial.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 6

Criar ou fortalecer comissões internas de segurança em laboratórios.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 7

Estabelecer indicadores de desempenho e mecanismos de monitoramento das ações implementadas.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 8

Avaliar periodicamente os resultados e promover ajustes no planejamento.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Meta 4

Ampliação do quadro de pessoal com a contratação de profissionais da área de segurança do trabalho, conforme demanda institucional identificada.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 1

Solicitar e viabilizar a contratação de profissionais especializados (engenheiro de segurança do trabalho, técnico em segurança do trabalho, entre outros).

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Ação 2

Estruturar equipe técnica responsável pela gestão de segurança institucional.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: As propostas se relacionam a atribuições, estão relacionadas a dimensionamento de pessoal. Algumas metas e ações estão prejudicadas

Objetivo 17 Goiânia Objetivo novo

Promover um ambiente institucional justo, saudável e colaborativo, que assegure o reconhecimento, a valorização e as condições adequadas de trabalho para servidores/as técnico-administrativos/as e docentes e trabalhadores/as terceirizados/as.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Proposta rejeitada.

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Garantir condições dignas de trabalho para todos.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Implementar e acompanhar ações relacionadas à Política Institucional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do trabalho no IFG.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 2

Fomentar a realização, nas unidades, de diagnósticos das condições de trabalho, abrangendo espaços físicos, mobiliário, equipamentos e clima organizacional.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 3

Corrigir inadequações estruturais e priorizar melhorias com base nos diagnósticos.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 4

Implantar políticas de saúde mental no trabalho, incluindo escuta, apoio psicológico e campanhas educativas.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 5

Defender a flexibilização da jornada de trabalho, visando ao aprimoramento da qualidade e da eficiência da prestação do serviço público e ao bem-estar dos servidores.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 6

Assegurar as condições necessárias para a consolidação do Programa de Gestão e Desempenho.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 7

Assegurar o cumprimento da jornada de trabalho dos docentes, conforme previsto na legislação vigente e nos normativos institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Meta 2

Assegurar e defender os direitos conquistados nas carreiras e nos planos de cargos.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Monitorar e divulgar os direitos previstos nas legislações e normativas vigentes.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Meta 3

Fomentar, ampliar e apoiar ações de formação continuada para os servidores.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Incentivar a capacitação e a qualificação continuada de servidores docentes, técnico-administrativos e trabalhadores terceirizados.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 2

Instituir cotas para os servidores do IFG nos cursos de pós-graduação stricto e lato sensu, em alinhamento com a Política de Gestão de Pessoas.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Meta 4

Fortalecer a relação institucional com entidades representativas e coletivos de trabalhadores.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Instituir espaços permanentes de diálogo com sindicatos e coletivos para incorporação de suas demandas e propostas nas políticas institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Meta 5

Promover políticas institucionais de inclusão e valorização dos trabalhadores terceirizados.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Promover campanhas de valorização e respeito ao trabalho dos trabalhadores terceirizados.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 2

Implementar ações de escuta dos trabalhadores terceirizados nos processos de escolha dos dirigentes.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 3

Instituir cotas para os trabalhadores terceirizados nos cursos de Educação de Jovens e Adultos e nos cursos subsequentes.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Meta 6

Assegurar condições de segurança no trabalho.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Garantir a segurança no ambiente de trabalho e a melhoria da infraestrutura, de modo a assegurar que todos possam exercer suas funções com dignidade, respeito e bem-estar.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 2

Realizar campanhas de segurança no trabalho em parceria com a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Objetivo 18 Goiânia Objetivo novo

Reformular o regulamento que disciplina a jornada de trabalho dos servidores docentes do Instituto Federal de Goiás.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Fonte/posição: Goiânia

Meta 1

Até o ano de 2028, finalizar a revisão da Resolução nº 09/2011 e a formulação de uma nova resolução que garanta o papel institucional de oferta de Educação Profissional por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Constituir comissões intercampi que discutirão reformulações para o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a articulação entre essas dimensões.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Organizar plenária final com metodologia que permita a finalização dos trabalhos de revisão.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Objetivo 19 Goiânia Oeste Objetivo novo

Garantir a presença contínua de bibliotecário habilitado em todas as bibliotecas do IFG durante todo o horário de funcionamento, por meio da adequação do quadro mínimo de profissionais, assegurando a conformidade com a legislação vigente e a oferta de serviços biblioteconômicos qualificados à comunidade acadêmica.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta trata de fixação de código de vagas, o que não é objeto do PDI

Fonte/posição: Goiânia Oeste

Meta 1

Assegurar que 100% das bibliotecas do IFG contem com, no mínimo, 2 (dois) bibliotecários em seu quadro funcional.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta trata de fixação de código de vagas, o que não é objeto do PDI

Ação 1

Realizar diagnóstico institucional do quadro atual de bibliotecários em todas as bibliotecas do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta trata de fixação de código de vagas, o que não é objeto do PDI

Ação 2

Dimensionar a necessidade de provimento de cargos, considerando o funcionamento em três turnos.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta trata de fixação de código de vagas, o que não é objeto do PDI

Ação 3

Promover a ampliação do quadro de bibliotecários, por meio de concurso público, redistribuição ou outras formas legais de provimento.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta trata de fixação de código de vagas, o que não é objeto do PDI

Meta 2

Garantir a cobertura integral de atendimento técnico especializado durante os três turnos de funcionamento institucional.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta trata de fixação de código de vagas, o que não é objeto do PDI

Ação 1

Organizar escalas de trabalho que assegurem a presença contínua de bibliotecário durante todos os turnos de funcionamento dos câmpus.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta trata de fixação de código de vagas, o que não é objeto do PDI

Meta 3

Eliminar situações de funcionamento de bibliotecas sem a presença de bibliotecário.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta trata de fixação de código de vagas, o que não é objeto do PDI

Meta 4

Adequar todas as bibliotecas às exigências da Resolução CFB nº 246/2021, da Lei Federal nº 4.084/1962 e dos critérios de avaliação do MEC/INEP.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta trata de fixação de código de vagas, o que não é objeto do PDI

Ação 1

Estabelecer normativo interno que defina o quantitativo mínimo de bibliotecários por unidade.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta trata de fixação de código de vagas, o que não é objeto do PDI

Meta 5

Ampliar a oferta de serviços de referência e orientação à normalização de trabalhos acadêmicos.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta trata de fixação de código de vagas, o que não é objeto do PDI

Ação 1

Fortalecer institucionalmente os serviços de referência, orientação acadêmica e apoio à pesquisa, assegurando que sejam realizados exclusivamente por bibliotecários habilitados.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta trata de fixação de código de vagas, o que não é objeto do PDI

Objetivo 20 Inhumas Objetivo novo

Consolidar a infraestrutura física dos câmpus do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira

Observação/justificativa: A proposta se relaciona à infraestrutura física das unidades, o que não é objeto do Eixo. Diante disso, a Plenária deliberou pelo encaminhamento da proposta para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira

Fonte/posição: Inhumas

Meta 1

Garantir que todos os câmpus e a Reitoria tenham espaços adequados de descanso e convivência para servidores e estudantes.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira

Observação/justificativa: A proposta se relaciona à infraestrutura física das unidades, o que não é objeto do Eixo. Diante disso, a Plenária deliberou pelo encaminhamento da proposta para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira

Ação 1

Construir e manter espaços de descanso e convivência para servidores e estudantes.

DECISÃO VIGENTE: Prejudicada por incorporação em outra proposta

Proposta em que foi incorporada: Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira

Observação/justificativa: A proposta se relaciona à infraestrutura física das unidades, o que não é objeto do Eixo. Diante disso, a Plenária deliberou pelo encaminhamento da proposta para análise do Eixo de Gestão Democrática, Administrativa, Orçamentária e Financeira

Objetivo 21 Reitoria Objetivo novo

Assegurar a implementação efetiva da política institucional de prevenção e enfrentamento ao assédio no IFG.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Fonte/posição: Reitoria

Meta 1

Implantar integralmente, em 100% dos câmpus, os fluxos previstos na normatização existente, com definição de equipes responsáveis e funcionamento comprovado.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Deliberou-se pela aprovação do objetivo e exclusão das metas 1 e 2, por não apresentarem ações.

Ação 1

Garantir funcionamento contínuo dos fluxos de acolhimento, apuração e responsabilização, com proteção às vítimas e incidência sobre as condições de trabalho que favorecem a ocorrência de violências.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Instituir equipes de referência em cada unidade, responsáveis pela implementação da política.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 3

Realizar monitoramento semestral das ocorrências, com análise institucional dos dados e preservação do sigilo.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 4

Assegurar acompanhamento psicossocial a todas as vítimas atendidas.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 5

Garantir condições de infraestrutura e de atuação para as equipes.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 6

Garantir que os canais institucionais existentes sejam divulgados, acessíveis e funcionais.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 7

Monitorar o tempo de resposta e encaminhamento.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 8

Criar rotina de acompanhamento dos casos.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 9

Prestar atendimento imediato pela assistência ao servidor ou pelo SIASS IFGoiano/IFGoiás.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 10

Consolidar protocolos de proteção contra retaliações, inclusive mudança de setor, quando necessária, com acompanhamento contínuo até a resolução do caso.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 11

Promover estratégias de articulação intersetorial, evitando a fragmentação do atendimento e garantindo celeridade na apuração.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 12

Realizar ações de formação contínua sobre assédio, relações de poder e ética, inserindo-as como pré-requisito para o exercício de funções de gestão.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 13

Criar indicadores institucionais relacionados ao número de casos, ao tempo de resposta e aos setores críticos.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 14

Realizar análises periódicas dos indicadores e apresentar relatórios institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 2

Garantir que 100% das denúncias recebidas tenham acolhimento inicial em até cinco dias úteis, com encaminhamento formal.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Meta sem ações

Meta 3

Capacitar 100% das chefias e gestores, com formação obrigatória sobre assédio e gestão de conflitos.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Meta sem ações

Objetivo 22 Reitoria Objetivo novo

Consolidar a política institucional de promoção da saúde do servidor, com financiamento regular, estrutura adequada e articulação efetiva com o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS IFGoiano/IFGoiás), assegurando ações contínuas de prevenção, cuidado e vigilância em saúde, incluindo estratégias de redução de danos.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: A proposta foi aprovada de modo que a Meta 1 passasse a integrar o objetivo 23. A meta 2, por não apresentar ação, foi rejeitada.

Fonte/posição: Reitoria

Meta 1

Implantar, em 100% dos câmpus, ações regulares de promoção e prevenção em saúde, em articulação com o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS IFGoiano/IFGoiás), até o final da vigência do PDI 2027-2031.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 1

Garantir dotação orçamentária anual específica para ações de promoção à saúde do servidor em todas as unidades do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 2

Estruturar equipes de referência locais, com participação de áreas como gestão de pessoas, assistência ao servidor e Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP).

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 3

Implementar política institucional de prevenção e redução de danos relacionados ao uso de álcool e outras drogas, com ações permanentes em todos os câmpus.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 4

Prever orçamento específico no planejamento institucional para ações de saúde.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 5

Garantir infraestrutura mínima nos câmpus para ações de promoção à saúde física e mental, incluindo espaço físico, equipamentos e apoio logístico.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 6

Viabilizar o deslocamento de equipes e a realização de ações nos câmpus e na Reitoria.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 7

Estabelecer fluxo institucional formal entre o IFG e o SIASS IFGoiano/IFGoiás.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 8

Garantir agenda periódica de ações nos câmpus.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 9

Apoiar técnica e institucionalmente as equipes do SIASS IFGoiano/IFGoiás.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 10

Implantar programas permanentes de promoção da saúde física e mental.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 11

Desenvolver ações sobre riscos psicossociais, como sobrecarga, assédio e organização do trabalho, com campanhas articuladas ao calendário institucional, como o Abril Verde.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 12

Estimular a articulação intersetorial para a realização de ações de promoção da saúde física e mental destinadas à comunidade acadêmica dos câmpus do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 13

Desenvolver ações de formação com gestores para lidar com a temática da promoção da saúde física e mental.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 14

Integrar ações com DDRH, CISSP, assistência ao servidor e gestão local.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 15

Garantir planejamento descentralizado, respeitando as realidades territoriais.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 16

Criar indicadores institucionais de saúde do trabalhador.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 17

Monitorar afastamentos, adoecimento e participação nas ações.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Ação 18

Produzir relatórios periódicos para a gestão e a comunidade.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a meta 1 para o objetivo 23

Meta 2

Ampliar em pelo menos 50% a participação dos servidores nas ações de saúde, garantindo acesso e condições de participação durante a jornada de trabalho.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Meta sem ação.

Objetivo 23 Reitoria Objetivo novo

Promover a Qualidade de Vida no Trabalho no IFG.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Fonte/posição: Reitoria

Meta 1

Implantar, até o final da vigência do PDI 2027-2031, a Política Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho nos Câmpus e Reitoria, alcançando 100% das unidades institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Criar e implementar o Programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho (PI-QVT), observando as seguintes diretrizes.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Objetivo 24 Reitoria Objetivo novo

Reconhecer e valorizar a atuação dos servidores técnico-administrativos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Fonte/posição: Reitoria

Meta 1

Instituir, até o segundo ano de vigência do PDI 2027-2031, resolução específica que regulamente a participação dos TAEs em projetos de ensino, pesquisa e extensão, com ampla participação da CIS e da comunidade acadêmica.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Constituir grupo de trabalho institucional, com participação da CIS, PROEN, PROPPG, PROEX e representantes dos TAEs, para elaboração da minuta da resolução.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Promover a inserção dos TAEs como sujeitos ativos na produção de conhecimento e no cumprimento da função social do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 3

Regulamentar a carga horária destinada à participação em projetos, considerando a realidade das atribuições e evitando sobrecarga de trabalho.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 4

Criar programas de incentivo à participação dos TAEs, incluindo editais específicos ou com reserva de vagas, bolsas ou auxílios, quando possível, e apoio técnico e institucional para elaboração de projetos.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Movimentar a ação para a Meta 2

Ação 5

Ofertar formação continuada voltada à elaboração e execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 6

Implementar sistema de registro e acompanhamento das atividades, permitindo mensurar participação, impactos e resultados.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 7

Promover o reconhecimento institucional por meio da certificação das atividades desenvolvidas, inserção nos relatórios institucionais e valorização nos processos de avaliação e progressão.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 8

Promover ações de sensibilização institucional, visando superar a cultura de segmentação entre docentes e técnicos e reafirmar o caráter coletivo da produção do conhecimento.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 9

Possibilitar que todos os câmpus desenvolvam ações de incentivo à participação dos TAEs, incluindo formação, apoio institucional e reconhecimento das atividades desenvolvidas.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 10

Criar mecanismos institucionais de reconhecimento e valorização, incluindo certificação, pontuação para progressão e visibilidade institucional das ações desenvolvidas pelos TAEs.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 2

Ampliar em pelo menos 50% a participação de TAEs como proponentes ou integrantes de projetos institucionais até o final da vigência do PDI 2027-2031.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Ampliar o número de servidores TAEs participando de atividades de ensino, pesquisa e extensão em pelo menos 50% até o final da vigência do PDI 2027-2031.

Observação/justificativa: Inclusão da Ação 4 da Meta 1

Objetivo 25 Senador Canedo Objetivo novo

Capacitar todos os servidores para o atendimento inicial a estudantes em situações de urgência física e emocional, garantindo resposta rápida e adequada no ambiente institucional.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A ação 2 da Meta 1 foi incorporada no Objetivo 14, meta3

Fonte/posição: Senador Canedo

Meta 1

Implementar, até dezembro de 2027, programa institucional de formação básica em primeiros socorros e acolhimento inicial em saúde mental para 100% dos servidores.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Elaborar programa institucional de capacitação inspirado em diretrizes de atendimento emergencial (físico e emocional).

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 2

Ofertar cursos periódicos de primeiros socorros e acolhimento em saúde mental.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Observação/justificativa: Ação será incluída no Objetivo 14, Meta 3

Ação 3

Articular com equipes de saúde e assistência estudantil para suporte técnico.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Meta 2

Garantir, até dezembro de 2028, que pelo menos 80% dos servidores estejam capacitados para atendimento inicial de situações emergenciais com estudantes.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Estabelecer protocolos institucionais de atendimento e encaminhamento.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Monitorar a participação e efetividade das capacitações.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Objetivo 26 Senador Canedo Objetivo novo

Elaborar fluxogramas para atendimento e comunicação de acidente em serviço em todos os câmpus do Instituto Federal de Goiás pela equipe de Saúde e Segurança do Trabalho do IFG.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Não se trata de um objetivo estratégico. Essa ação já está contemplada em fluxogramas do IFG - link: https://www.ifg.edu.br/component/content/article/66-ifg/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/3030-seguranca-do-trabalho?showall=&start=7

Fonte/posição: Senador Canedo

Meta 1

Preparar todos os servidores para a condução do socorro imediato do acidentado, da comunicação à chefia imediata e à equipe de saúde e segurança do trabalho dentro do prazo (em até 10 dias, Art. 214 da Lei 8.112/90), preferencialmente via sistema SUAP/SIASS, utilizando a CAS - Comunicação de Acidente de Serviço.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Não se trata de um objetivo estratégico. Essa ação já está contemplada em fluxogramas do IFG - link: https://www.ifg.edu.br/component/content/article/66-ifg/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/3030-seguranca-do-trabalho?showall=&start=7

Ação 1

Promover a cultura de segurança, elaborar procedimentos de emergência, comunicar incidentes, evitar improvisos e realizar avaliações ergonômicas para proteger a integridade física e mental; oferecer palestras de Primeiros Socorros, Combate a Incêndio, Descarte de Resíduos Laboratoriais e demais ações pertinentes.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Não se trata de um objetivo estratégico. Essa ação já está contemplada em fluxogramas do IFG - link: https://www.ifg.edu.br/component/content/article/66-ifg/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/3030-seguranca-do-trabalho?showall=&start=7

Objetivo 27 Senador Canedo Objetivo novo

Equilibrar e qualificar a distribuição da carga horária de docentes e técnicos administrativos (TAEs) entre ensino, pesquisa, extensão e gestão, promovendo maior efetividade das ações institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Fonte/posição: Senador Canedo

Meta 1

Implementar, até dezembro de 2027, diretrizes institucionais para distribuição da carga horária contemplando ensino, pesquisa, extensão e gestão em 100% dos câmpus.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Elaborar normativas institucionais para distribuição equilibrada da carga horária.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 2

Monitorar a distribuição de carga horária e a participação nas diferentes áreas.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 3

Promover ajustes institucionais com base nos dados de distribuição e participação.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Meta 2

Garantir, até dezembro de 2028, que pelo menos 70% dos docentes estejam envolvidos em atividades de pesquisa e/ou extensão, além do ensino.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Definir critérios para participação de docentes e TAEs em atividades de pesquisa e extensão.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Meta 3

Assegurar, até dezembro de 2029, a regulamentação da participação de TAEs em projetos de ensino, pesquisa e extensão em todos os câmpus.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Ação 1

Incentivar a inserção de servidores em projetos institucionais integrados.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Objetivo 28 Senador Canedo Objetivo novo

Implementar, de forma descentralizada, Equipes Multiprofissionais de Saúde em todos os câmpus do Instituto Federal de Goiás (IFG), garantindo atendimento de saúde primária, acolhimento psicossocial e ações de promoção da saúde para estudantes e servidores.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta versa sobre dimensionamento de pessoal e fixação de código de vaga e, por isso, não pode ser objeto do PDI.

Fonte/posição: Senador Canedo

Meta 1

Cada equipe de saúde deve ser composta, preferencialmente, por enfermeiro(a), técnico(a) em enfermagem, psicólogo(a) e assistente social.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta versa sobre dimensionamento de pessoal e fixação de código de vaga e, por isso, não pode ser objeto do PDI.

Ação 1

Estabelecer atendimento de enfermagem e triagem.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta versa sobre dimensionamento de pessoal e fixação de código de vaga e, por isso, não pode ser objeto do PDI.

Ação 2

Realizar ações de promoção da saúde e educação em saúde (palestras, oficinas).

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta versa sobre dimensionamento de pessoal e fixação de código de vaga e, por isso, não pode ser objeto do PDI.

Ação 3

Oferecer suporte em saúde mental e acompanhamento psicossocial.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: A proposta versa sobre dimensionamento de pessoal e fixação de código de vaga e, por isso, não pode ser objeto do PDI.

Objetivo 29 Senador Canedo Objetivo novo

Institucionalizar o planejamento semestral das necessidades de força de trabalho docente no IFG, por meio de diagnóstico, monitoramento e simulação de cenários acadêmicos e institucionais, com base no POCV, nos dados institucionais e nos fatores de restrição da capacidade de trabalho de cada câmpus, visando qualificar a tomada de decisão e assegurar a oferta acadêmica com continuidade, equilíbrio e qualidade.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Fonte/posição: Senador Canedo

Meta 1

Instituir, até dezembro de 2027, metodologia institucional padronizada de previsão e simulação semestral das necessidades docentes, aplicável a 100% dos câmpus.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Definir metodologia institucional padronizada para previsão semestral de necessidades docentes.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Estabelecer conjunto mínimo obrigatório de variáveis e parâmetros para os estudos, contemplando, no mínimo, POCV, oferta prevista e executada, matrículas, turmas, componentes curriculares, carga horária, afastamentos, restrições de capacidade de trabalho e demais condicionantes institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 3

Capacitar gestores e equipes técnicas dos câmpus e da Reitoria para utilização da metodologia, alimentação das bases e interpretação dos cenários.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 4

Revisar anualmente a metodologia e os parâmetros adotados, com base nos resultados observados e nas mudanças institucionais.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 2

Garantir, até dezembro de 2028, que 100% dos câmpus realizem, semestralmente, estudo técnico de previsão de necessidades docentes, com base no POCV, na oferta acadêmica, nos dados de matrícula, turmas, componentes curriculares, afastamentos e demais fatores de restrição de capacidade de trabalho.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Elaborar, em cada câmpus, estudo técnico semestral de previsão de necessidades docentes, por departamento, curso, nível e modalidade, tendo a comprovação pelo plano de trabalho via SUAP.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Elaborar, em cada câmpus, estudo técnico semestral de previsão de necessidades docentes, por departamento, curso, nível e modalidade, tendo a comprovação pelo plano de trabalho via sistema eletrônico adotado pela instituição.

Observação/justificativa: Adequação do texto no que se refere ao sistema utilizado para permitir que, caso haja a alteração do sistema, o texto não perca seu sentido.

Ação 2

Realizar simulações semestrais de cenários, contemplando situação atual, expansão prevista, vacâncias, afastamentos e restrições de capacidade de trabalho.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 3

Validar os estudos técnicos nas instâncias competentes do câmpus e encaminhá-los à Reitoria em calendário institucional definido.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Validar os estudos técnicos nas instâncias competentes do câmpus e encaminhá-los à aos setores responsáveis, em calendário institucional definido.

Observação/justificativa: Adequação do texto no que se refere ao setor que será enviado os estudos, caso haja definição distinta nesse sentido.

Meta 3

Implementar, até dezembro de 2028, painel institucional integrado para consolidação, atualização e visualização dos dados de previsão de necessidades docentes em 100% dos câmpus.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Integrar as bases de dados acadêmicas e de gestão de pessoas em ambiente institucional único de consulta e simulação.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Desenvolver ferramenta, painel ou módulo institucional para consolidação e visualização dos dados de demanda e capacidade docente.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 3

Monitorar semestralmente a consistência dos estudos com os dados cadastrados no SUAP, a qualidade dos dados e o uso efetivo das informações no planejamento institucional.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Monitorar semestralmente a consistência dos estudos com os dados cadastrados nos sistemas da instituição, a qualidade dos dados e o uso efetivo das informações no planejamento institucional.

Observação/justificativa: Adequação do texto no que se refere ao sistema utilizado para permitir que, caso haja a alteração do sistema, o texto não perca seu sentido.

Meta 4

Assegurar, até dezembro de 2029, que 100% das solicitações institucionais de provimento, substituição, redistribuição ou recomposição de vagas docentes sejam instruídas por estudo técnico de previsão validado institucionalmente.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Consolidar, em nível institucional, os estudos produzidos pelos câmpus para subsidiar planejamento, priorização e tomada de decisão.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 2

Vincular os processos de provimento, substituição, redistribuição e recomposição de vagas docentes à apresentação prévia de estudo técnico padronizado.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Meta 5

Reduzir, até dezembro de 2030, em pelo menos 30% as situações recorrentes de desequilíbrio entre oferta acadêmica planejada e capacidade docente disponível, tomando como linha de base o ano de 2026.

DECISÃO VIGENTE: Rejeitar

Observação/justificativa: Meta sem ação.

Objetivo 30 Uruaçu Objetivo novo

Garantir a movimentação interna de servidores entre os câmpus do IFG de forma democrática, transparente e periódica, priorizando a remoção como instrumento de gestão de pessoal antes da abertura de concurso público para as vagas disponíveis.

DECISÃO VIGENTE: Incluir/Alterar

Redação aprovada/incluída: Garantir e manter a movimentação interna de servidores entre os câmpus do IFG de forma democrática, transparente e periódica, priorizando a remoção como instrumento de gestão de pessoal antes da abertura de concurso público para as vagas disponíveis.

Fonte/posição: Uruaçu

Meta 1

Realizar anualmente, durante toda a vigência do PDI 2027-2031, processo de remoção interna a pedido, mediante edital público com critérios objetivos, assegurando que as vagas disponíveis sejam ofertadas prioritariamente por remoção antes da abertura de concurso público, em conformidade com o entendimento do STJ sobre o art. 36, III, "c" da Lei nº 8.112/1990.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar

Ação 1

Publicar anualmente edital de remoção interna, em conformidade com a Resolução CONSUP/IFG nº 25/2017 e a Lei nº 8.112/1990, garantindo a consulta prévia ao banco de interessados em remoção antes de qualquer abertura de concurso público para as vagas existentes nos câmpus.

DECISÃO VIGENTE: Aprovar